

Notas Sobre Literatura Leitura e Linguagens



Angela Maria Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Angela Maria Gomes
(Organizadora)

Notas sobre Literatura,
Leitura e Linguagens

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N899 Notas sobre literatura, leitura e linguagens [recurso eletrônico] /
Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Notas Sobre Literatura, Leitura e Linguagens;
v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-069-8

DOI 10.22533/at.ed.698192501

1. Leitura – Estudo e ensino. 2. Literatura – Estudo e ensino.
3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria.

CDD 372.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Notas sobre Literatura, Leitura e Linguagens vem oportunizar reflexões sobre as temáticas que envolvem os estudos linguísticos e literários, nas abordagens que se relacionam de forma interdisciplinar nessas três áreas, na forma de ensino e dos seus desdobramentos.

Abordando desde criações literárias, contos, gêneros jornalísticos, propagandas políticas, até fabulas populares, os artigos levantam questões múltiplas que se entrelaçam no âmbito da pesquisa: Desde o ensino de leitura, de literatura em interface com outras linguagens e culturas que fazem parte do contexto nacional, como a indígena, a amazonense, a dos afros descendentes até vaqueiros mineiros considerados narradores quase extintos que compartilham experiências e memórias do ofício, as quais são transcritas. Temas como sustentabilidade, abordagens sobre o gênero feminino e as formas de presença do homem no contexto da linguagem também estão presentes.

Os artigos que compõem este volume centram seus estudos não apenas no texto verbal e escrito, mas nas múltiplas linguagens e mídias que configuram a produção de sentidos na contemporaneidade. A evolução da construção de novas composições literárias com uso de imagens, vídeos, sons e cores foi aqui também tema de pesquisas, assim como o uso das novas tecnologias como prática pedagógica, incluindo Facebook – mídia/rede virtual visual – e o WhatsApp - aplicativo para a troca de mensagens -. Falando em novas práticas, o estudo do modelo de sala invertida - Flipped Classroom - que propõe a inversão completa do modelo de ensino, igualmente foi aqui apresentado e estudado como proposta de prover aulas menos expositivas, mais produtivas e participativas.

A literatura é um oceano de obras-primas. Diante desse manancial de possibilidades, a apreciação e análises comparativas de grandes nomes apresentados aqui, incluindo William Shakespeare, Guimarães Rosa, Machado de Assis, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Drummond de Andrade, Rubens Fonseca, Dias Gomes, entre outros, traz uma grande contribuição para se observar cada componente que as constitui. Desse modo, fica mais acessível a compreensão, interpretação e assimilação dos sentimentos e valores de uma obra, fazendo um entrelaçamento da leitura, literatura e estudos da linguagem.

Assim, esta coletânea objetiva contribuir para a reflexão conjunta e a conexão entre pesquisadores das áreas de Letras - Linguística e Literatura - e de suas interfaces, projetando novos caminhos para o desenvolvimento socioeducacional e científico.

Angela Maria Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALTERNÂNCIA PRONOMINAL NA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL /NÓS/ E /A GENTE/ NA FUNÇÃO DE SUJEITO	
Jocelia dos Santos Rodrigues Raquel Xavier Migueli	
DOI 10.22533/at.ed.6981925011	
CAPÍTULO 2	8
A CREDIBILIDADE EM PROPAGANDAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE MULTIMODAL	
Lirane Rossi Martinez	
DOI 10.22533/at.ed.6981925012	
CAPÍTULO 3	24
A EROTIZAÇÃO NA POÉTICA DE GILKA MACHADO: A CRÍTICA DE ONTEM <i>VERSUS</i> A CRÍTICA DE HOJE	
Neivana Rolim de Lima Cássia Maria Bezerra do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6981925013	
CAPÍTULO 4	34
A ESCRITA DO ALUNO SURDO: INTERFACE ENTRE A LIBRAS E A LÍNGUA PORTUGUESA	
Maiara Scherer Machado da Rosa Andrea Bernal Mazacotte Kelly Priscila Lóddo Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.6981925014	
CAPÍTULO 5	46
A ESTRUTURA COMPOSICIONAL DAS SENTENÇAS JUDICIAIS DE PRONÚNCIA E CONDENATÓRIAS: PLANOS DE TEXTO E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS	
Cláudia Cynara Costa de Souza Maria das Graças Soares Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6981925015	
CAPÍTULO 6	59
A INTERFACE ENTRE ORALIDADE E ESCRITA NO GÊNERO TEXTUAL TIRA EM QUADRINHOS	
Antonia Maria de Freitas Oliveira Francisca Fabiana da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6981925016	
CAPÍTULO 7	70
A LEITURA LITERÁRIA A PARTIR DE <i>DON QUIXOTE DE LA MANCHA</i>	
Maria Cristina Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6981925017	
CAPÍTULO 8	81
A LEITURA LITERÁRIA COMO AUXÍLIO PEDAGÓGICO: O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM FOCO	
Marcus Vinicius Sousa Correia Emanoel Cesar Pires de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.6981925018	

CAPÍTULO 9	89
A LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR	
Eliane Travensoli Parise Cruz Vera Lúcia Martiniak	
DOI 10.22533/at.ed.6981925019	
CAPÍTULO 10	105
A MEDIAÇÃO DE LEITURA DE DONA BENTA EM <i>FÁBULAS</i> , DE MONTEIRO LOBATO	
Patrícia Aparecida Beraldo Romano	
DOI 10.22533/at.ed.69819250110	
CAPÍTULO 11	116
A NOÇÃO DE LIGAÇÃO NO <i>ATLAS DO CORPO E DA IMAGINAÇÃO</i> , DE GONÇALO M. TAVARES	
Alessandro Carvalho Sales	
DOI 10.22533/at.ed.69819250111	
CAPÍTULO 12	124
A Poesia Visual de Tchello d' Barros: uma proposta pedagógica	
Renata da Silva de Barcellos	
DOI 10.22533/at.ed.69819250112	
CAPÍTULO 13	141
A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA DO TRAUMA EM <i>HÁ VINTE ANOS</i> , LUZ DE ELSA OSORIO: SOB O OLHAR DA PERSONAGEM LUZ	
Margareth Torres de Alencar Costa Naira Suzane Soares Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.69819250113	
CAPÍTULO 14	154
A TRANSPOSIÇÃO DE ROMÉU E JULIETA PELA TURMA DA MÔNICA	
Tiago Marques Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.69819250114	
CAPÍTULO 15	165
A ÚLTIMA CANÇÃO DE BILBO: UMA VIAGEM PELO VERBAL E NÃO-VERBAL NA TERRA MÉDIA	
Renata Andreolla	
DOI 10.22533/at.ed.69819250115	
CAPÍTULO 16	179
ANÁLISE DOS CONTOS <i>A OUTRA MARGEM DO RIO</i> , DE GUIMARÃES ROSA, <i>E NAS ÁGUAS DO TEMPO</i> , DE MIA COUTO	
Regina Costa Nunes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.69819250116	
CAPÍTULO 17	189
AS FALAS, SONS E SILÊNCIO EM <i>VASTAFALA</i> DE ANTONIO BARRETO ¹	
Janusa Guimarães Gomez	
DOI 10.22533/at.ed.69819250117	

CAPÍTULO 18	203
AS HQ'S NA ALFABETIZAÇÃO: QUAIS ESTRATÉGIAS AS CRIANÇAS UTILIZAM PARA ENTENDÊ-LA?	
Márcia Antônia Dias Catunda	
DOI 10.22533/at.ed.69819250118	
CAPÍTULO 19	212
AS VOZES NARRATIVAS EM BUSCA DE SUAS RAÍZES	
Denise Moreira Santana	
Wilton Barroso Filho	
DOI 10.22533/at.ed.69819250119	
CAPÍTULO 20	221
AS "NARRATIVAS BREVES" DE MARINA COLASANTI E A FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA PERSPECTIVA INTERTEXTUAL	
Valeria Cristina de Abreu Vale Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.69819250120	
CAPÍTULO 21	229
CONTAR E ENCONTRAR: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO CONTADOR DE HISTÓRIAS	
Eliandra Cardoso dos Santos Vendrame	
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.69819250121	
CAPÍTULO 22	240
DE ISAURA PIANISTA AO HIP-HOP COMO PRODUÇÃO CULTURAL DA DIÁSPORA NEGRA: PROCESSOS DE COLONIALIDADE X DESCOLONIALIDADE	
Osalda Maria Pessoa	
DOI 10.22533/at.ed.69819250122	
SOBRE A ORGANIZADORA	254

A ESTRUTURA COMPOSICIONAL DAS SENTENÇAS JUDICIAIS DE PRONÚNCIA E CONDENATÓRIAS: PLANOS DE TEXTO E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Cláudia Cynara Costa de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), Natal – RN

Maria das Graças Soares Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), Natal – RN

RESUMO: A sociedade é regida por determinações legais que controlam as relações interpessoais a fim de estabelecer limite entre os pares. Entretanto, essas legislações são constituídas linguisticamente distantes da compreensão de muitos. Nessa direção, este estudo tece considerações a respeito da estrutura composicional e da intergenericidade em sentenças judiciais, objetivando identificar, descrever, analisar e interpretar sentenças judiciais de pronúncia e condenatórias com vistas à compreensão dos fenômenos linguísticos que mobilizam essa tessitura textual. Para isso, nossa fundamentação teórica apoia-se nos pressupostos da Análise Textual dos Discursos (ATD), com Adam (2011), de abordagens da Linguística da Enunciação, com Rabatel (2016) e encontra-se em consonância com os estudos de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, 2014, 2016), Rodrigues *et al.* (2012), Rodrigues e Passeggi (2016), Rodrigues (2017) e Lourenço

(2015). As análises permitiram compreender a organização dos textos das sentenças, de modo a afirmar que algumas seguem um plano de texto prototípico, fixo, enquanto outras adotam um plano de texto ocasional. A respeito das sequências textuais, foram observadas sequências dos tipos narrativa, argumentativa, explicativa e descritiva, sendo as explicativas as que ocorrem em menor frequência. A análise ainda convergiu para a identificação de uma interseção recorrente entre as sentenças, a seção relatório, possibilitando a discussão sobre aspectos de intergenericidade. Por fim, concluímos que os resultados deste estudo revelam uma interação na interface Linguagem e Direito, contribuindo para o desvelamento linguístico e a compreensão de sentidos em textos jurídicos.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura composicional. Sentenças judiciais. Intergenericidade.

ABSTRACT: Society is governed by legal determinations that control interpersonal relationships in order to define boundaries between peers. However, these legislations are linguistically away from understanding of many. Facing that, this study deals with compositional structure and intergenericity in judicial sentences, aiming to identify, describe, analyze and interpret judicial pronouncements and condemnatory sentences seeking to understand

linguistic phenomena that mobilize this texture. Theoretical foundation is based on the assumptions of Textual Analysis of Discourses (ATD), with Adam (2011), of Linguistics of Enunciation approaches, and Rabatel (2016), aligning with studies of Rodrigues, Passeggi and Silva Neto (2010, 2014, 2016), Rodrigues et al. (2012), Rodrigues and Passeggi (2016), Rodrigues (2017) and Lourenço (2015). Analysis made possible to understand organization of sentence texts, in order to affirm that some ones follow a fixed prototypical text plan, while others adopt an occasional text plan. Regarding textual sequences, narrative, argumentative, explanatory and descriptive types were observed, being explanatory ones occur less frequent. Analysis also converged to identify a recurring intersection between sentences, the report section, making possible the discussion on aspects of intergenericity. Finally, it is concluded that results of this study reveal an interaction in the interface Language and Law, contributing to the linguistic unveiling and understanding of meanings in legal texts.

KEYWORDS: Compositional structure. Judicial decisions. Intergenericity.

1 | INTRODUÇÃO

A vida em sociedade é regida por determinações legais que controlam as relações interpessoais a fim de estabelecer limites entre os pares. Entretanto, essas legislações são constituídas de modo linguisticamente distante da compreensão de muitos. Desse modo, os estudos que discorrem sobre o desvelamento da linguagem jurídica e de seus operadores do Direito estão se tornando cada vez mais evidentes, motivados pelas finalidades que o discurso jurídico desempenha em coletividade.

Para o estabelecimento da relação comunicativa entre o homem e as leis, muitas instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras desenvolvem pesquisas acerca da investigação de gêneros discursivos/textuais do domínio jurídico com a finalidade de tornar o Direito compreensível e utilizável por aqueles que dele necessita.

Diante disso, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2014) apontam que o desvelamento da linguagem jurídica, buscando compreender os eixos centrais das normas que a mobiliza, é uma atividade investigativa valiosa, pois pode colaborar para que sejam compreendidos direitos e deveres, porém, é inesgotável, uma vez que há muito a ser dito, a ser interpretado.

Nessa direção, esta pesquisa tece considerações a respeito da estrutura composicional e da intergenericidade em sentenças judiciais, objetivando identificar, descrever, analisar e interpretar sentenças judiciais de pronúncia e condenatórias no que concerne às sequências, aos planos de texto e à intergenericidade, a fim de fazer-se conhecer a materialidade linguística do texto jurídico com vistas à compreensão dos fenômenos linguísticos que mobilizam essa tessitura textual.

Para isso, a fundamentação teórica deste estudo apoia-se nos pressupostos da Análise Textual dos Discursos (ATD), com Adam (2011), e igualmente de abordagens da Linguística da Enunciação, com Rabatel (2016). Tendo em vista tais perspectivas

teóricas, esta pesquisa encontra-se em consonância com os estudos de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, 2014, 2016), Rodrigues *et al.* (2012), Rodrigues e Passeggi (2016), Rodrigues (2017) e Lourenço (2015).

Assim, este capítulo segue organizado da seguinte forma: seção de fundamentação teórica, em que serão apresentados o desenho do *corpus* e as abordagens metodológica e teórica adotadas para realização da pesquisa; seção de análise do *corpus*, em que os dados de análise serão discutidos com base na teoria linguística proposta; e seção de considerações finais, em que serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

2 | ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O *corpus* da pesquisa foi construído por meio da investigação virtual ao site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (<http://www.tjrn.jus.br>) com a finalidade de obter sentenças judiciais de pronúncia e condenatórias, configuradas por meio da aplicação do Artigo 121 do Código de Processo Penal, incluindo sentenças da cidade de Natal/RN, sentenças de municípios da Região Metropolitana de Natal/RN e sentenças de municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte.

A fim de delimitar nosso objeto de estudo, foi realizado um recorte concernente ao período em que as sentenças foram prolatadas, sendo consideradas como parâmetro de seleção as sentenças disponibilizadas para consulta pública por meio do site e proferidas entre os anos de 2000 a 2015. Esse critério resultou no quantitativo de trinta sentenças, sendo quinze sentenças de pronúncia e quinze sentenças condenatórias de um mesmo réu.

Em termos de conceituação, as sentenças judiciais são instrumentos legais importantes que complementam um processo e pertencem ao universo jurídico. Segundo Pistori (2005), é na sentença judicial que o Estado, representado pela pessoa do juiz, procura decidir o justo, o que a torna o ponto máximo do processo decisório.

A metodologia aplicada à pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa interpretativista e o método indutivo de análise. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a indução é um método mental de formulação de premissas que parte de dados particulares a fim de inferir a respeito de uma verdade geral ou universal. Assim, os argumentos indutivos formulados por meio da análise dos dados colaboraram para o estabelecimento da estrutura composicional (sequências e planos de texto) e para os aspectos da intergenericidade.

Nesse sentido, o estudo fundamentou-se nos aportes teóricos da Linguística do Texto, da Análise Textual dos Discursos e da Linguística da Enunciação para a análise e discussão dos fenômenos e das marcas linguístico-textuais materializadas nos textos jurídicos selecionados como objetos de investigação.

De acordo com Adam (2011), a Linguística Textual é um subdomínio do campo mais vasto de análise das práticas discursivas que se propõe a descrever e detalhar

os encadeamentos e as relações dos enunciados. Enquanto a Análise Textual dos Discursos, segundo o autor, é um procedimento da Linguística Textual que analisa a produção co(n)textual de sentido em textos concretos.

Para o Adam (2011), “todo texto constrói, de forma mais ou menos explícita, seu contexto de enunciação” (ADAM, 2011, p. 56), sendo a enunciação a estratégia discursiva dos interlocutores, materializada em função de uma orientação argumentativa, constituída de responsabilidade enunciativa e pontos de vista (PdV) do locutor/enunciador.

Conforme estudos de Rabatel (2016), o locutor torna-se o responsável pela enunciação e suas representações são concebidas como um processo interacional de ajustes sucessivos por intermédio dos quais o locutor/enunciador, por dialogismo externo ou interno, coconstrói um dizer que se analisa como tantas frases de apropriação dos objetos de discurso, via sucessão dos pontos de vista (PDV), pelos quais esses mesmos objetos são considerados.

No nível da estrutura composicional, a materialidade linguística pode variar quanto aos aspectos de conteúdo e de forma. Adam (2011) postula que o plano de texto pode ser fixo, quando marcado pelo estado histórico de um gênero do discurso, ou ocasional, quando deslocado em relação a um gênero do discurso. Nesse sentido, a estrutura composicional das sentenças foi analisada quanto à extensão do texto, número de parágrafos, períodos e orações, além da topicalização de suas seções para caracterização do plano textual.

De modo mais específico, é necessário situar o plano de texto dos dados analisados. Nessa perspectiva, foram evocadas legislações específicas do universo jurídico, como o Código de Processo Penal, em seu Artigo 381, bem como o Código de Processo Civil, especificamente o Artigo 489, a fim de dar conta dos elementos essenciais de uma sentença judicial.

É notório que estudos centrados no universo do Direito e nas relações entre a linguagem e o discurso jurídicos estão se tornando cada vez mais evidentes, motivados pela grande demanda de dados produzidos pela esfera judicial, além das tantas possibilidades de investigação das estratégias linguístico-discursivas nesse tipo de texto concreto.

É nesse contexto que este estudo está inserido e tem como propósito aumentar o aporte de conhecimento referente à estrutura composicional e à intergenericidade de sentenças judiciais de pronúncia e condenatórias. Nesse sentido, o estudo desses dados considera o universo jurídico como componente da sociedade e das relações humanas e seus resultados contribuem elucidativamente para o âmbito do saber da Linguística e da Justiça.

3 | ANÁLISE DO CORPUS

Para a análise de dados, Adam (2011) estabelece modos de descrição dos fenômenos linguísticos considerando as dimensões textual e discursiva para a análise de textos concretos em níveis ou planos divididos em oito categorias, esquematizadas conforme o clássico esquema 4 de Adam (2011):

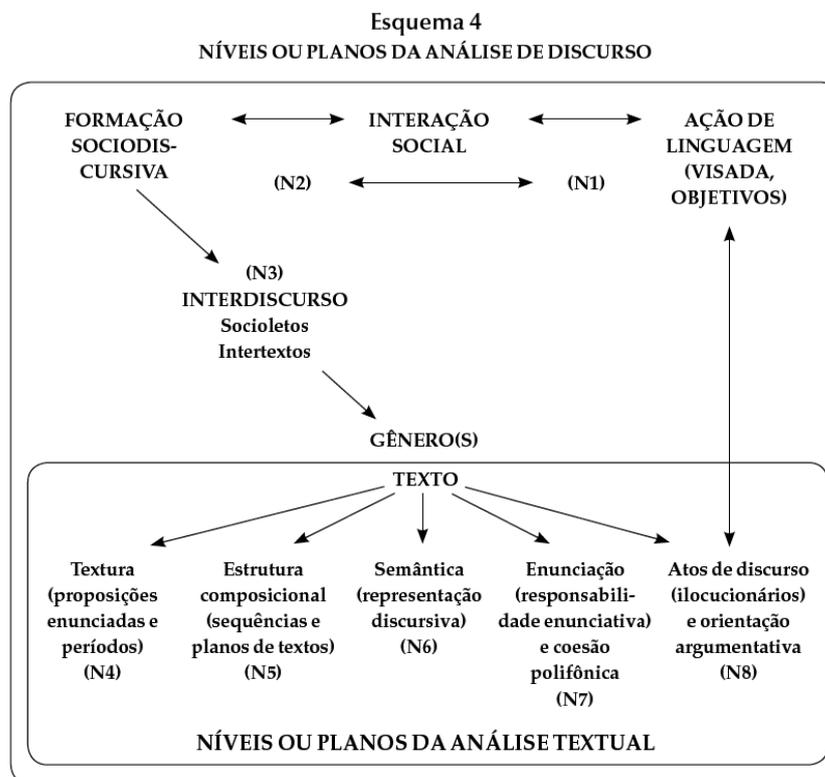


Figura 1. Esquema 4 de Adam (2011, p. 61).

Com base no esquema apresentado, a ação de linguagem (visada, objetivos) na interação social corresponde ao N1; a interação social ligada à formação sociodiscursiva corresponde ao N2; a formação sociodiscursiva em interação com o interdiscurso (socioletos e intertextos) diz respeito ao N3, seguidos dos gêneros; a textura (proposições enunciadas e períodos) correspondem ao N4; a estrutura composicional (sequências e planos de textos) fazem parte do N5; a semântica (representação discursiva) compõe o N6; a enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) está agrupada no N7; e, por fim, os atos de discursos (ilocucionários) e a orientação argumentativa estão inseridos no N8.

Nessa direção, nosso estudo encontra-se inserido no nível 5 de análise, em que a estrutura composicional é analisada por meio da identificação das sequências e dos planos de texto materializados linguisticamente nas sentenças penais de pronúncia e condenatórias estudadas.

Em consequente, a análise dos dados consistiu na investigação do plano textual das sentenças de pronúncia e condenatórias a fim de observar a organização e a extensão do texto. De acordo com o Art. 381. do Código de Processo Penal, a sentença

conterá:

I - os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;

II - a exposição sucinta da acusação e da defesa;

III - a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;

IV - a indicação dos artigos de lei aplicados;

V - o dispositivo;

VI - a data e a assinatura do juiz.

O total de dados analisados, tanto as sentenças de pronúncia quanto as condenatórias, apresentam em seu conteúdo proposicional as informações previstas no Art. 381. do Código de Processo Penal para o plano textual das sentenças. Contudo, foi observado que a estrutura composicional dos textos segue mais comumente as considerações previstas no Art. 489. do Código de Processo Civil, que preconiza as seguintes seções como elementos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

Conforme Rodrigues (2016), o discurso jurídico, ainda, é pouco explorado em uma perspectiva linguística, sobretudo, no que diz respeito à relação entre a semiotização da sentença judicial, emanada das orientações do Código de Processo Civil - CPC e do Código de Processo Penal – CPP.

A análise do *corpus* observou que o conteúdo linguístico presente nas sentenças pode ser recuperado semanticamente ao longo do plano textual, tomando como base as recomendações preconizadas nas leis. Nos dados, existem um conteúdo indicativo para a apresentação do processo, como a identificação das partes e do caso, a síntese do pedido e da contestação, e acréscimos de fatos novos inseridos no processo; além de um conteúdo que dispõe da análise do juiz, baseada nas questões de fato e de direito; e ainda a resolução do caso.

Ainda no tocante à análise da estrutura composicional, os textos completos das sentenças condenatórias foram organizados em forma de planilha e segmentados em partes para serem analisados os seus elementos do plano textual, como o número de parágrafos, períodos e orações, bem como as partes da sentença, de acordo com os tópicos das seções.

Em nossas análises, as sentenças estudadas apresentam amplas possibilidades para a construção de seus elementos dos planos de texto, que variam quanto à

extensão, número de parágrafos, períodos e orações, resultando, assim, em textos estruturalmente próprios. De acordo com Adam (2011), o plano de texto pode ser fixo, quando marcado pelo estado histórico de um gênero do discurso, ou ocasional, quando deslocado em relação a um gênero de um discurso.

Nessa perspectiva, as sentenças de pronúncia e as sentenças condenatórias analisadas não seguem, em sua totalidade, um plano de texto fixo, algumas seguem um plano de texto fixo, prototípico, próximo às recomendações das leis, e outras seguem um plano de texto ocasional. Para ilustração, seguem quadros 1 e 2 utilizados para a análise quantitativa dos planos de texto das sentenças:

ANÁLISE QUANTITATIVA			
SEÇÕES	NÚMERO DE PARÁGRAFOS	MÉDIA DE PERÍODOS/ PARÁGRAFO	MÉDIA DE ORAÇÕES/PERÍODO
Cabeçalho	-	-	-
Sentença	-	-	-
Relatório	13	1,2	2,5
Fundamentação	44	1,2	12,3
Dispositivo	23	0,9	4,2
Provimentos finais	6	1,3	2
Enunciados finais	-	-	-
TOTAL	86	4,6	21

Quadro 1. Análise quantitativa de uma sentença judicial de plano de texto fixo.

Fonte: Dados da pesquisa.

ANÁLISE QUANTITATIVA			
SEÇÕES	NÚMERO DE PARÁGRAFOS	MÉDIA DE PERÍODOS/ PARÁGRAFO	MÉDIA DE ORAÇÕES/ PERÍODO
Cabeçalho	-	-	-
Sentença	1	5	-
Vistos etc.	16	3	1,6
Dispositivo	17	2	2,4
Regime	1	1	3
Efeitos genéricos e específicos	1	1	7
Indenização	5	3	3,3
Negativa do direito de recorrer em liberdade	9	1,2	3,8
Provimentos Finais	6	0,8	1,6
Enunciados finais	-	-	-
TOTAL	56	17	22,7

Quadro 2. Análise quantitativa de uma sentença judicial de plano de texto ocasional.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos quadros, os resultados da síntese quantitativa evidenciaram uma certa regularidade quanto à extensão dos planos de texto das sentenças judiciais analisadas, que prevê uma maior extensão textual para a seção em que

há a apresentação da acusação e da defesa, as indicações de fato e de direito que fundamentam a decisão e as previsões das leis. Nesse caso, para a sentença judicial de plano de texto fixo é a seção dos fundamentos e para a sentença judicial de plano de texto ocasional esse conteúdo semântico é diluído nas seções ao longo da materialidade textual.

Identificadas as orações, os períodos e os parágrafos, outras unidades textuais mais complexas foram observadas, as sequências textuais. Adam (2011) denomina as sequências de narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva e acrescenta ainda que esses cinco tipos de sequências correspondem a cinco tipos de relações macrossemânticas memorizadas pelo usuário da língua por impregnação cultural e transformadas em modelos de reconhecimento e de estruturação da informação textual.

Quanto aos tipos de sequências textuais, as sentenças judiciais estudadas apresentaram sequências dos tipos narrativa, argumentativa, explicativa e descritiva que, de modo quantitativo, poucas sequências explicativas foram encontradas quando comparadas às demais devido ao caráter normativo do gênero jurídico sentenças judiciais.

Para identificação das sequências narrativas do *corpus*, postulamos com Adam (2011) que toda narrativa pode ser considerada como a exposição de eventos ou ações caracterizadas pela presença de um agente. E para prolongamento linguístico da teoria proposta, segue o esquema 20, adotado para melhor compreensão da trama narrativa:

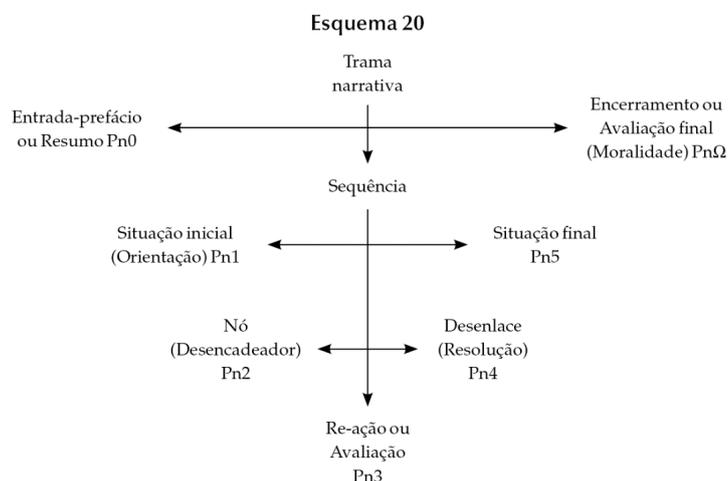


Figura 2. Esquema 20: Trama narrativa.

Fonte: (ADAM, 2011, p. 229).

De acordo com o autor, há diversos graus de narrativização, desde a simples enumeração de ações e/ou eventos em um baixo grau de narrativização, até a trama narrativa mais complexa, correspondendo ao mais alto grau de narrativização. Esses recursos foram visivelmente empregados às sentenças condenatórias no conteúdo

proposicional referente ao relatório, conforme exemplo 01:

Exemplo 01:

“[...] Consta na denúncia a imputação de que no dia 27/03/2013, por volta de 07:15 horas, na BR 406, São Gonçalo, o acusado desferiu, com a intenção de matar [...]”

Ao analisar as seqüências argumentativas, identificamos que elas se encontram, em sua maior parte, materializadas em forma de premissas, de apoio com o suporte das leis e de asserções conclusivas proferidas pelo juiz, conforme direcionamentos do esquema 21 de Adam (2011), que segue:

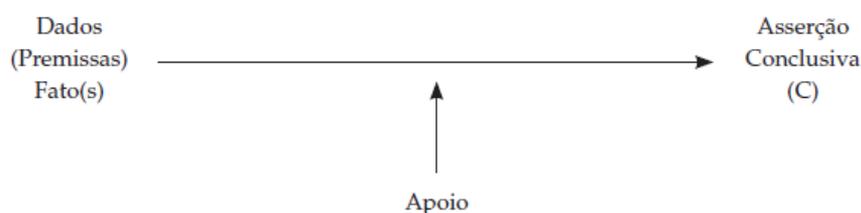


Figura 3. Esquema 21: Sequência argumentativa.

Fonte: (ADAM, 2011, p. 233).

Essas seqüências apresentam-se, principalmente, na seção fundamentos como demonstradas no exemplo 02:

Exemplo 02:

“[...] Por conseguinte, passo à dosimetria da pena, analisando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do mesmo diploma legal, tendo em mira que a reprimenda prevista no tipo penal do homicídio qualificado é de pena privativa de liberdade de 12 a 30 anos de reclusão. [...]”

Baseado no esquema 27 de Adam (2011), as seqüências explicativas foram identificadas por meio de sua estrutura que é composta de 4 fases: a esquematização inicial, o problema (questão), a explicação (resposta) e a ratificação-avaliação, porém pouco presentes no *corpus* analisado devido ao caráter normativo das sentenças.

Seqüência explicativa	Por que p? Porque q	P.explicativa 0 P.explicativa 1 P.explicativa 2 P.explicativa 3	Esquematização inicial Problema (questão) Explicação (resposta) Ratificação-avaliação
-----------------------	------------------------	--	--

Figura 4. Esquema 27: Sequência explicativa.

Fonte: (ADAM, 2011, p. 245).

A respeito das seqüências descritivas, identificamos que essas permeiam todo o plano textual, desde a ementa até as palavras finais do juiz, inseridas no texto

jurídico, em partes, conforme as categorias de Adam (2011): designação, por meio de tematização ou nomeação; definição, por meio de relações no espaço e tempo e por analogias que situam o objeto que está sendo descrito; e individuação, que se refere a aspectos parciais ou globais do objeto descrito, qualificando-o. Segue exemplo 03:

Exemplo 03:

“[...] Cuida-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Almir Alves da Fonseca, qualificado às fls. 02, pela prática do crime tipificado no art. 121, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal (três vezes). [...]”

Diferentemente das outras sequências, as descritivas não são constituídas de uma forma e sua representação acontece por meio da dimensão semântica estabelecida a fim de atingir seu propósito comunicativo. Segundo Adam (2011), a descrição é pouco ordenada em si mesma e isso a obriga a moldar-se, permanentemente, aos planos de texto fixados pela retórica ou, como é o caso mais frequentemente, aos planos de texto ocasionais.

Nesse contexto, o estudo das sequências textuais possibilitou a identificação da tipologia e dos gêneros discursivos/textuais presentes nos dados. Por esse ângulo, conforme postula Adam (2011), o efeito dominante determinado pelo maior número de um certo tipo de sequência que aparece no texto evidencia tais aspectos.

Esse direcionamento de análise resultou na identificação de uma interseção recorrente entre as sentenças judiciais, a seção relatório, - que consiste de narrativas do homicídio por testemunhas, declarantes, réus, entre outros participantes do processo criminal -, possibilitando a discussão no que se refere à intergenericidade.

Segundo Lourenço (2015), as sentenças judiciais possuem em sua estrutura composicional fórmulas prototípicas ou cristalizadas. Nessa perspectiva, podemos observar nos dados analisados a frequência da seção relatório e uso de formas convencionais, como “É o relatório”. Para Rodrigues (2016), o relatório prossegue com a relação dos gêneros discursivos/textuais que integram o caderno probatório.

Os fragmentos a seguir fundamentam a discussão acima citada:

Exemplo 04: Sentença de pronúncia do réu Xxxxx Xxxxx

“Autos n.º 00000

Ação Ação Penal de Competência do Júri

Autor Ministério Público Estadual

Réu Xxxxx Xxxxx

DECISÃO

I. RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ofereceu Denúncia em face de Xxxxx Xxxxx, qualificado nos autos, imputando-lhes a prática do crime descrito no art. 121, §2º, incisos III eIV, do Código Penal, motivo pelo qual foi promovida a

presente Ação Penal. [...]”

Exemplo 05: Sentença condenatória do réu Xxxxx Xxxxx

“Ação Penal de Competência do Júri nº: 00000

Ministério Público Estadual: Ministério Público Estadual

Xxxxx Xxxxx: Xxxxx Xxxxx

S E N T E N Ç A

O réu Xxxxx Xxxxx, qualificado nos autos, foi pronunciado como incurso nas sanções dos incisos III e IV do § 2º do art. 121 do Código Penal. Foi submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Após a votação dos quesitos, entendeu o Conselho de Sentença, por maioria de votos, condenar o réu por homicídio qualificado, conforme consta no IV do §2º do art. 121 do Código Penal, afastando a incidência da qualificado contante no inciso III do mencionado dispositivo.

É o relatório. Decido. [...]”

Nessa perspectiva, evocamos Marcuschi (2008) para estabelecer uma distinção entre tipos e gêneros textuais. Os tipos textuais correspondem à recorrência das sequências narrativa, dissertativa, descritiva, explicativa, injuntiva ao longo da progressão textual. Já os gêneros textuais são inúmeros e apresentam-se a partir de suas funções e características sociocomunicativas, dependendo do objetivo e necessidade do autor.

Devido ao caráter textual de síntese e resumo das informações que originaram o processo, o relatório é constantemente e essencialmente um gênero discursivo/textual evocado nas sentenças de pronúncia e nas sentenças condenatórias, configurando o processo de intergenericidade que, segundo Marcuschi e Dionísio (2007), é construído a partir da apropriação de outro gênero textual em função de outro. Nesse enfoque, Silva e Santos (2016) asseveram que somente com o domínio da construção de um gênero, do modo como ele é usado retoricamente, pode-se operar na modificação, na melhoria de sua função social.

Em suma, os resultados inferidos das análises dos dados, com base nas teorias linguísticas propostas, colaboraram para o estabelecimento da estrutura composicional das sentenças judiciais de pronúncia e condenatórias, alcançado por meio do estudo mais detalhado dos planos de texto e das sequências textuais dos textos jurídicos analisados nesta pesquisa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas por meio dos pressupostos teóricos adotados para a fundamentação da discussão permitiram compreender aspectos relevantes dos planos textuais e observar a organização e a extensão dos textos das sentenças de pronúncia e condenatórias, de modo a afirmar que algumas seguem a organização de um plano

de texto prototípico, próximo às recomendações das leis, e outras seguem um plano de texto ocasional.

No que se refere à extensão da materialidade textual das sentenças judiciais analisadas, os resultados evidenciaram uma certa regularidade quanto à extensão, sendo a seção de maior expansão aquela em que há a exposição sucinta da acusação e da defesa, a indicação dos motivos de fato e de direito em que se funda a decisão, a indicação dos artigos de lei aplicados ou seção dos fundamentos.

A respeito das sequências textuais, foram observadas sequências dos tipos narrativa, argumentativa, explicativa e descritiva, sendo as explicativas as que ocorrem em menor frequência nas sentenças estudadas e as narrativas visivelmente empregadas às sentenças judiciais no conteúdo proposicional referente ao relatório.

Nessa direção, a análise convergiu para a identificação de uma interseção recorrente entre as sentenças judiciais, a seção relatório, - que consiste de narrativas do homicídio por testemunhas, declarantes, réus, entre outros participantes do processo criminal -, possibilitando a discussão no que se refere à intergenericidade.

Por fim, os resultados deste estudo revelam uma interação na interface Linguagem e Direito, que focaliza a Língua Portuguesa no universo jurídico e contribui para o desvelamento linguístico das sentenças judiciais com vistas à compreensão de sentidos.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Código do Processo Penal**, Legislação brasileira. Brasília, DF, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. **Código do Processo Civil**, Legislação brasileira. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015_2018/2015/Lei/L13105.htm#art1046>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **Análise textual dos discursos**: responsabilidade enunciativa no texto jurídico. Curitiba: CRV, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

PISTORI, Maria Helena Cruz. A sentença: um gênero no campo jurídico. **Estudos Linguísticos** XXXIV, p. 292-297, 2005. [292/297].

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. In: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da (Org.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 282-302, 2012.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. In: BASTOS, N. B. **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. “SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA” – pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. **Conexão Letras**, v. 11, n. 15, 2016, p. 100-113.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis. “Tentam colocar medo no povo”: vozes, emoções e representações num texto jornalístico. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua portuguesa e lusofonia**: história, cultura e sociedade. São Paulo: EDUC, 2016. p. 259-272.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. **Sentenças condenatórias**: plano de texto e responsabilidade enunciativa. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2016c, p. 129-144.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In: Rivaldo Capistrano Júnior; Maria da Penha Pereira Lins; Vanda Maria Elias. (Orgs.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2017, p. 299-316.

SILVA, Gutemberg Lima da; SANTOS, Joseane Patrícia dos. **A construção de uma peça publicitária**: uma análise da intertextualidade a partir da nova retórica. Área Temática 9. Linguística do Texto. ANAIS ELETRÔNICOS da XXVI Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. XXVI Jornada do Geln

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-069-8

